

PREFEITURA MUNICIPAL BOCAIUVA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ
ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO / SETOR RESPONSÁVEL LICITAÇÕES

Edital de Pregão Eletrônico Nº 05/2022

Recorrente: Cetrilife Tratamento de Resíduos de
Serviços de Saúde Ltda.

Cetrilife Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde Ltda., pessoa jurídica com sede na Rod. EMC 365, Linha Água Amarela, em Chapecó, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.522.047/0001-09, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar suas

RAZÕES DE RECURSO

ao Edital veiculado no âmbito do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2022, o que faz segundo os termos e fundamentos a seguir:

Visa o presente recurso, a retificação e consequente exclusão de elemento prescindível ao edital veiculado por este edital para fins de que efetivamente deixe de constar no documento, a exigência de exclusividade de o responsável técnico ser Químico ou Sanitarista; a proibição de subcontratação de parte do objeto e Licenças Ambientais de tratamento e destinação expedidas pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

1. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO.

Conforme se infere do inciso art. 41 da lei Federal 8.666/1993, qualquer um poderá impugnar o edital de Pregão Presencial, desde que respeite o prazo de 3 dias úteis a contar da abertura das propostas: *Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão (Decreto Nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000).*

Ou seja, a Empresa Recorrente se encontra em tempestividade quanto ao determinado na Lei específica.

Pois bem. Acredita-se veementemente que a retificação do edital exarado restou eivada de vício, motivo pelo qual, apresenta-se de forma cabível, tempestiva e pertinente o presente reclamo visando a reforma dos elementos neles contidos.

Vale ressaltar que, por ser elemento convocatório, sua precisão deverá ser integral, devendo englobar aquilo que interessa aos concorrentes, DEIXANDO-SE CONSEQUENTEMENTE DE CONSTAR ATOS DESNECESSÁRIOS E PRESCINDÍVEIS, SOB PENA DE SER AVENTADO O DIRECIONAMENTO DO CERTAME, ou seja, tão importante quanto prever as regras e documentos necessários ao bom encaminhamento, faz-se necessário que situações sem qualquer validade, exigibilidade e previsão legal sejam de pronta afastadas.

Percebendo com clareza que os requisitos ensejadores ao conhecimento do presente reclamo encontram-se devidamente observados e preenchidos, o que deverá culminar com sua análise e posterior/consequentemente provimento quanto à seus requerimentos, conforme passará a discorrer.

3. EXIGÊNCIA AFIRMADA – SUPOSTA NECESSIDADE EXCLUSIVIDADE DE RESPONSABILIDADE DE ENGENHEIRO SANITARISTA ou ENGENHEIRO QUÍMICO.

A letra “c” do item 10.12 dos DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, assim como também o item 11 do Termo de Referência, prevê a necessidade obrigatoriamente contemplar como responsável técnico 01 Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro Químico exclusivamente.

- c) Comprovante de que a empresa proponente possui Responsável Técnico, Engenheiro Químico ou Sanitarista devidamente certificado pelo órgão competente, dentro de seu prazo de validade;

Conforme a normativa que prevê as atribuições técnicas do Engenheiro Sanitarista é a Resolução nº 218 do Confea – Conselho Federal de Engenharia, a qual atesta a possibilidade destes profissionais exercer as atividades previstas no presente certame:

Art. 18 - Compete ao ENGENHEIRO SANITARISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a controle sanitário do ambiente; captação e distribuição de água; tratamento de água, esgoto e resíduos; controle de poluição; drenagem; higiene e conforto de ambiente; seus serviços afins e correlatos.

Tal fato, entretanto, não lhes confere poderes exclusivos para tais atividades, visto que a Resolução nº 447 do mesmo órgão, CONFEA, prevê:

Art. 2º Compete ao engenheiro ambiental o desempenho das atividades 1 a 14 e 18 do art. 1º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, referentes à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos.

Dessa forma, alguns profissionais da área da engenharia possuem atribuições, mediante registro no conselho de classe, para a responsabilidade técnica junto a atuação na coleta e tratamento de resíduos, em especial de resíduos de serviços de saúde, não sendo atribuição obrigatória do profissional da área sanitária.

Sendo tal citação da atividade atribuída no CREA do profissional.

Títulos

Título: ENGENHEIRA AMBIENTAL

Escola: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI

Data: 19/12/2005

Título: ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Escola: UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA UNOESC

Data: 13/09/2014

Atribuições profissionais: "RESOLUCAO 447, DE 22/09/2000." "ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359/91 DO CONFEA."

4. DA PROIBIÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO DE PARTE DO OBJETO.

Em análise à RDC nº 222 da Anvisa não se verifica qualquer exigência acerca da obrigatoriedade e/ou benefícios de se proibir a subcontratação do todo ou parte do objeto.

A subcontratação, de acordo com TCU “consiste na entrega de parte de fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado, item, etapa ou parcela do objeto avençado”. A subcontratação é prevista no art. 72, inciso VI, da Lei n. 8.666/93, onde claramente permite a subcontratação parcial, **Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.**

A possibilidade de subcontratar parcialmente, visa acima de tudo atender o próprio interesse público, na seleção da proposta mais vantajosa para a prestação dos melhores serviços pelo menor preço, visto que, no presente caso, além da complexidade do objeto licitatório demandar a subcontratação, esta não acarretará prejuízo à contratação. Isso porque inúmeras são as atividades abarcadas, algumas das quais, caso desempenhadas por outras empresas, subcontratadas, não interfeririam, tampouco prejudicariam a segurança da contratação, tal como: a hipótese de terceirizar a destinação final (em aterro), quando este se fizer necessário, cuja execução sequer demanda maiores cuidados e que se faz necessário ao cumprimento da contratação.

Desta forma, para que não haja prejuízo à Administração Pública, decorrente do pequeno número de participantes em processos licitatórios cujo objeto, como o presente, é complexo e, pelo baixo número, os licitantes que consigam, por sua vez, participar aumentem o preço do serviço de maneira deliberada, exatamente em razão da falta de concorrentes, é necessário que a licitação se adapte à realidade costumeira da iniciativa privada, permitindo a subcontratação.

4. DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS COM SEDE EM OUTROS ESTADOS.

O edital prevê na letra “e” do item 10.12 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a apresentação de Licença Operacional para as etapas de Coleta e Transporte, Tratamento e Destinação Final expedidas pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná, entretanto, a emissão de Licença de Operação compete ao Órgão Estadual onde a empresa está instalada, ou onde as atividades são desenvolvidas, dessa forma, é coerente exigir a Autorização Ambiental para Coleta e Transporte expedida pelo Órgão competente do Estado do Paraná, porém para as etapas de Tratamento e Destinação Final, deverá ser alterado o presente edital, de forma a exigir a Licença de Operação expedida pelo Órgão competente, assim, se a empresa licitante for localizada em outro Estado da Federação, poderá participar do certame.

Assim, mais uma vez se traz a debate os argumentos relacionados ao princípio do interesse público que, para Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, visa além de verificar de forma insofismável o melhor interesse dos cidadãos em detrimento dos demais e terceiras empresas/interessados (tanto na forma procedimental quanto na forma econômica dos serviços) almeja conceder e impor aos serventuários a serviço da população a necessidade de ponderação dos seus atos, os quais deverão sempre objetivar os benefícios dos cidadãos:

"Sendo assim a supremacia do interesse público deve conviver com os direitos fundamentais dos cidadãos não os colocando em risco. Apesar desse princípio ser implícito, tem a mesma força jurídica de qualquer outro princípio explícito. Desse modo, deve ser aplicado em conformidade com os outros princípios consagrados no ordenamento jurídico brasileiro e, em especial, ao princípio da legalidade. **Ademais é exigível a razoabilidade do administrador público no momento da interpretação e aplicação da supremacia do interesse público, além de ser necessária a ponderação entre o interesse público e individual para que possa ser encontrada a solução mais adequada**, e não que um desses interesses venha substituir o outro."

Ora, se tratando de licitação que busca a contratação de empresa qualificada para o fim mencionado em edital com o menor preço, se configura "adequada" a decisão ou chamamento que, de forma incongruente e ilegítima entende por exigir previsão desarrazoada e incabível à empresas que atendem de forma técnica a todos os requisitos e apresentam o melhor preço para o trabalho a ser desenvolvido? É evidente que não!

Desta forma, por qualquer ângulo que se analise o presente caso, não haverá espaço para que a documentação exigida em edital seja mantida e considerada como razoável!

Acerca do tema, da doutrina de Marçal Justin Filho retira-se:

"Não se pretende negar que a isonomia é valor essencial, norteador da licitação. Mas é necessário, assegurado tratamento isonômico idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. **Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o" princípio da isonomia "imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional.** Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes" - In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 43.

Neste passo, todos os atos e etapas devem se pautar no objetivo fundamental, que é a escolha da proposta que melhor atenda às necessidades dos Municípios e que seja viável e vantajosa à Administração. Sem, assim exigir formas nunca previstas em lei e desarrazoadas ao fim destinada (como as acima transcritas).

5. Face ao exposto, requer-se respeitosamente:

O conhecimento do presente recurso para que o edital lançado e já veiculado, seja retificado de maneira a propiciar o maior número de participantes:


- Preveja a possibilidade de responsabilidade técnica de engenheiro ambiental, conforme as resoluções 218 e 447 do CONFEA, que atesta e regulamenta as atividades prestadas por cada profissional da Engenharia.
- Permita a subcontratação de parte do objeto.
- Permita a apresentação de Licença Ambiental de Operação do Órgão Estadual competente.

Assim que seja retificado o edital de forma a propiciar a participação do maior número de empresas garantindo assim ao ente público os benefícios reais da concorrência.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Chapecó-SC, 09 de março de 2022.



CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

CNPJ nº 26.522.047/0001-09

26.522.047/0001-09

CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS
DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.-ME

ROD. MUNICIPAL ANGELO BALDISSERA, S/Nº CH 20 KM 5
SALA A / LINHA ÁGUA AMARELA - CEP 89.815-899

CHAPECÓ - SC